

**A TRADUÇÃO E ENSINO DE ESPANHOL COMO LÍNGUA ESTRANGEIRA
PARA BRASILEIROS**

Clarissa Paiva de Freitas
Juliana Liberato Nobre
Valdecy de Oliveira Pontes

INTRODUÇÃO

Nem sempre a tradução em sala de aula foi vista como instrumento didático para aprendizagem de língua estrangeira. Justificava-se que traduzir diminuía e, inclusive, barrava a capacidade do aluno de pensar em língua estrangeira. Seu vocabulário seria pobre, já que ao invés de tentar descrever o objeto desconhecido, o aluno recorreria a elementos por ele já conhecidos em seu idioma e criaria limitações para desenvolver períodos longos tanto na fala como na escrita.

O objetivo deste trabalho é refletir sobre o uso da tradução como recurso didático para o ensino de espanhol como língua estrangeira. Para isso, consideramos que a tradução não deva ser encarada apenas como um processo espontâneo do percurso educacional, mas sim como uma atividade didática que oferece suporte para aperfeiçoar os idiomas estrangeiro e materno. Ademais, pode auxiliar na formação intelectual e melhorar o padrão de leitura, já que exige dos estudantes uma profunda interpretação do conteúdo. Os pressupostos teóricos que deram suporte a este estudo são oriundos das considerações de Labov (1972, 1978 e 2003), Mayoral (1998), Guy Cook (1997), O'Malley e Chamot (1990), M. Sneell-Hornby (1988,1995), Santoro (2010) e García (2007).

1. O ENSINO DE ESPANHOL NO BRASIL

A demanda de cursos de espanhol está em crescimento no Brasil. Isso ocorre por conta da criação do MERCOSUL (Mercado dos países do sul da América) em 1991, do surgimento de grandes empresas de origem espanhola e estreitos laços comerciais com a Espanha além do peso de sua cultura. Muitas empresas de origem espanhola estão sendo criadas e isso possibilita mais empregos e postos de trabalho.

Muitas razões levam os brasileiros a aprender espanhol, primeiro porque é uma das línguas mais faladas no mundo todo, além de ser uma das mais importantes, segundo, porque referida língua é de grande importância internacional, tanto para comércio, economia, política e/ou cultura e terceiro porque é a língua de três países do MERCOSUL. No Brasil, a língua espanhola vive um intenso crescimento na demanda de cursos, tanto no processo de ensino como também na aprendizagem. Nos últimos anos, muitas empresas espanholas se instalaram no Brasil, o banco Santander é exemplo disso, e tais empresas valorizam o uso de sua língua oficial o que dá certo impulso ao brasileiro para aprender o idioma.

Entretanto, o interesse pela língua espanhola no Brasil só veio a concretizar-se com a lei n. 11.161, de 05 de agosto de 2005, que oficializou o ensino de espanhol como língua estrangeira no sistema educativo brasileiro, sendo sua oferta obrigatória para o ensino médio e opcional para o ensino básico. Com base nos dados oferecidos pela COPEBRA (Comissão Permanente de Acompanhamento da Implantação do Espanhol no Sistema Educativo Brasileiro), em 2006, foram publicadas as *Orientações Curriculares para o Ensino Médio* (OCNs), elaborados pelo Ministério da Educação do

Brasil. Este documento possui uma parte dedicado à língua espanhola, no qual se discutem temas como: a heterogeneidade da língua e cultura, a proximidade entre língua portuguesa e espanhola além de orientações pedagógicas para os professores. Outro documento de caráter oficial que tem por objetivo gerir a prática docente, no ensino de línguas, são os *Parâmetros Curriculares para o Ensino Médio* (PCNs, 2000) da área de Línguas, Códigos e suas Tecnologias. Este documento não possui capítulo específico sobre o ensino da língua espanhola, entretanto, possui orientações sobre o ensino das línguas estrangeiras em qualquer escola.

No mesmo ano, em 2000, o Ministério da Educação distribuiu, para as escolas públicas, livros, gramáticas e dicionários visando implementar ou pelo menos, integrar futuramente o espanhol no currículo. Também, houve um aumento na oferta de professores de espanhol nas universidades brasileiras e nos cursos para nortear o ensino de espanhol no Brasil. O PNLD tem por objetivo apoiar o trabalho pedagógico de professores, com a distribuição de coleções de livros didáticos aos alunos de ensino médio das escolas públicas, não importando se são municipais, estaduais ou federais, além de beneficiar alunos com necessidades especiais (com deficiência visual ou auditiva) oferecendo materiais adaptados. A partir de 2011, o Ministério da Educação passou a distribuir livros de espanhol, selecionados pelo PNLD, para o ensino básico e deu-se início ao PNLD 2012, através do qual se obteve livros de espanhol para o ensino médio.

A lei, em regimento, que se refere ao sistema educativo do Brasil, incluindo o ensino de línguas estrangeiras, é a 9394/96 de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional (LDB), de 20 de dezembro de 1996. Segundo a LDB, é obrigatório o ensino de línguas estrangeiras a partir do sexto ano de ensino fundamental (disposto no artigo 26, parágrafo 5). No ensino médio (15-18 anos) a lei 9394/96 diz que a língua estrangeira moderna deve ser incluída; uma como obrigatória e a outra como opcional (artigo 36). O espanhol vem crescendo no ensino médio e nas universidades, um exemplo é a escolha da língua nos processos seletivos para ingressar em instituições de ensino superior.

2. TRADUÇÃO E ENSINO DE LÍNGUA ESTRANGEIRA

No ensino das línguas clássicas orientais, a tradução era vista como instrumento metodológico fundamental para o ensino, pois constituía o núcleo da Abordagem Gramática-Tradução (GT) que se desenvolveu na Prússia, no final do século XVIII. Defendia-se o ensino da língua estrangeira pela língua materna, em que esta aportaria explicações mais palpáveis a fim de que o aluno desenvolvesse a fala, a compreensão, a escrita e a leitura sempre amparada na ponte língua estrangeira para língua materna e vice-versa. Essa atividade tradutória incluía, também, atividades de memorização de palavras e tradução de textos literários.

Uma das abordagens que direcionou suas críticas à tradução foi a Abordagem Direta, defendendo que o ensino/aprendizagem de uma língua estrangeira deveria ser feita através dos recursos da própria língua, nunca se recorrendo à língua materna e a tradução. Essa abordagem sugeria que o significado fosse transmitido através de gestos e gravuras o que configura uma abordagem indutiva, com maior atenção na oralidade. Em contrapartida, na abordagem Audiolingual a tradução poderia ser trabalhada com a utilização da Análise Contrastiva, conforme Krashen (1985), para se referir à comparação dos sistemas fonológicos, lexicais, sintáticos e culturais no ensino e aprendizagem das duas línguas numa tentativa de prever os erros dos alunos, ou seja, utilizava-se o ato tradutório

para, a partir das associações do aluno, tentar prever de modo mais detalhado, como se produziram os erros de concordância na escrita, as dificuldades na articulação dos fonemas, no reconhecimento da sonoridade das palavras, etc.

Ainda assim, a tradução recebeu inúmeras críticas da chamada Abordagem Comunicativa, que defendia, inclusive, que a tradução deveria ser banida. A Abordagem Comunicativa destaca o caráter funcional da língua como instrumento de comunicação de modo que, são as funções linguísticas o foco da aprendizagem.

Segundo Widdowson (1991), a tradução pode ser usada para estabelecer uma equivalência semântica entre língua materna e língua estrangeira, ou ainda, uma equivalência pragmática, desse modo, o ensino de uma língua estrangeira seria enriquecido e o aluno perceberia como as línguas se utilizam de diferentes meios para expressar uma mesma informação. As atividades de tradução estabelecem circunstâncias de aprendizagem que geram processos cognitivos permitindo a aquisição de conhecimentos novos ao mesmo tempo em que se consolidam conhecimentos já existentes. A partir da atividade tradutória, o aluno pode compreender o texto original, buscar expressões correspondentes na língua estrangeira além de sintetizar os conhecimentos.

Faz parte desse processo de aprendizagem estabelecer relações entre o que já se sabe e o que é novo, ou seja, relacionar a língua materna à língua estrangeira, estabelecer certo nível de relativismo entre as semelhanças e diferenças não só linguísticas, mas culturais e mesmos pessoais já que traduzir envolve muito de quem traduz. Para Hurtado Albir (1998), há dois aspectos distintos a serem considerados para a tradução: tradução interiorizada e tradução pedagógica. A primeira é uma tradução feita pelo aprendiz de língua estrangeira, principalmente em estágios iniciais de aprendizagem com influência de sua língua materna.

Por isso, é necessário que o professor intervenha ensinando a interpretar mais que traduzir os enunciados, fazendo com que o aluno use o caráter funcional e pragmático, sendo utilizada, principalmente, para alunos de níveis iniciais. É importante apontar ainda, as semelhanças e diferenças entre o português e o espanhol, pois, por pertencerem à mesma origem, possuem muitas semelhanças, um exemplo de semelhança é “*El gato maulla*”, tanto em português, quanto em espanhol “*gato*” tem o mesmo significado, animal de estimação. Pode perceber as diferenças até mesmo em palavras parecidas, mas que contêm significados diferentes, como exemplo: “A classe é a de número 10”, em português, se refere ao espaço físico, sala de aula, mas em espanhol se escreve “*Clase*”, e significa, em português, aula.

É importante lembrar, também, que a tradução em sala de aula não deve ser banalizada, no sentido de serem trabalhados todos os dias e em qualquer contexto, devendo sempre haver um equilíbrio e uma relação da necessidade de traduzir com as circunstâncias oportunas. A tradução pedagógica se refere ao uso da tradução em sala de aula pelo professor de forma didática para o aperfeiçoamento da língua terminal através da manipulação de textos, análise contrastiva e reflexão consciente. Nessa tradução, há duas formas de aplicação: a tradução explicativa e exercício de tradução. A primeira é uma tradução feita em sala de aula pelo professor, mas é recomendado, por Hurtado Albir (1994), que seja usada em casos específicos. Já a segunda pode ser uma tradução direta ou inversa. De acordo com a autora, o processo tradutório tem três fases: compreender, desverbalizar e reexpressar. É preciso compreender o sentido original do texto, depois, desverbalizamos, ou seja, esquecemo-nos das suas palavras, retendo esse sentido, em forma não verbal na nossa mente, buscamos depois uma maneira de reexpressá-lo na língua de chegada, de modo que o destinatário da tradução possa compreender o mesmo que o destinatário do texto original (HURTADO ALBIR, 1988a, *apud* LUCINDO, 2006).

É importante pontuar, ainda, que os exercícios de tradução ajudam o aluno a ser consciente da linguagem ideal para cada gênero textual. O aluno passa a ser mais ativo e consciente da cultura da língua estrangeira entre outros benefícios. Nem sempre podemos recuperar o sentido de uma língua para outra. Por isso, a importância do aluno perceber que a cultura também influi na tradução. Os ditados populares são um exemplo que, dependendo da cultura, podem ser expressos com palavras diferentes, por exemplo, em português: “Devagar se vai ao longe”. Se fosse traduzir ao pé da letra, espanhol seria: “*Despacio se va lejos*”, mas não é assim, de acordo com a cultura é: “*El diablo está en los detalles*”.

Compreender que línguas não são traduções diretas umas das outras pode auxiliar o aluno a relativizar a língua materna e perceber o quanto a própria língua é dependente da cultura. Aqui nos cabe tratar da chamada tradução interlingual, que se refere à interpretação de signos verbais por meio de outra língua. Costa (1988) afirma que, nos níveis iniciais, esse tipo de tradução é praticamente inevitável, mesmo se considerarmos os estudantes expostos a métodos diretos de aprendizado, nos quais as aulas são ministradas na língua estrangeira e pouco espaço é aberto para o uso da língua materna dos aprendizes de forma explícita. Hurtado Albir (1994), por exemplo, afirma que a tradução interlingual pode ser utilizada por aprendizes com recorrência variada de acordo com o nível de aprendizagem deles e por professores de língua estrangeira, de forma pedagógica, a fim de utilizar a tradução como ferramenta didática para o aprendizado de língua estrangeira.

Jakobson (1971) já afirmou que as palavras por si só não tem significado e não são capazes de transmitir significados sem vínculos com uma experiência direta e subjetiva do objeto do discurso, e que qualquer palavra ou frase é sempre um fato semiótico. Ele divide a tradução em três tipos: a tradução intralingual, que consiste na interpretação de signos verbais mediante outros signos do mesmo idioma; A tradução interlingual, que é a interpretação de signos verbais mediante outro idioma; A tradução intersemiótica que é a interpretação de signos verbais por meio de signos não verbais. Para Jakobson, a tradução envolve duas mensagens equivalentes em dois códigos diferentes.

Antes, porém, de traduzir, é necessário reconhecer as modalidades de tradução ao alcance do público. Costa (1988), afirma que o uso da tradução em sala de aula de língua estrangeira dependerá da proximidade entre as duas línguas em estudo, ou seja, quanto mais distantes forem as línguas, maior será a necessidade da tradução em sala de aula nas fases iniciais de aprendizado. Costa (1988) afirma que a tradução em sala de aula pode ocorrer em duas modalidades: oral e/ou escrita. A modalidade oral pode ser utilizada para explicar uma expressão ou uma palavra, e, em níveis avançados, ela pode ser utilizada para o desenvolvimento da capacidade de intérprete e que o aprendiz poderá fazer uso no futuro. A modalidade escrita pode ser utilizada, segundo o autor, para avaliar a competência escrita do aprendiz, a compreensão de vocabulário, da sintaxe, das expressões idiomáticas, dos registros diferentes etc. No entanto, a modalidade escrita pode ir além dessa avaliação, pois pode ser utilizada para identificar problemas de uso da língua estrangeira que são influenciados pela língua materna de forma explícita, auxiliando professores e aprendizes no uso e aperfeiçoamento linguístico.

Segundo Hurtado Albir (1999) quando se traduz apenas a palavra em si mesma, ignorando o contexto no qual está inserida e seus usos mais recorrentes não há benefício algum para o aluno. Pois, é criado um bloqueio no acesso a outros significados possíveis para uma mesma palavra. Agra (2007) defende, também, que na tradução deve-se buscar o que está por trás de uma determinada palavra surgida em um contexto sociocultural específico e os sentidos que lhe são atribuídos em determinadas culturas. Conforme Bassnett e Trivedi (1999), a tradução não acontece no vácuo e sim em um contínuo; ela não é um ato isolado, mas parte de um processo de transferência intercultural. O termo

tradução intercultural refere-se à parceria indispensável da tradução e conhecimentos culturais, pois para traduzir faz-se necessário entender o que acontece em uma obra, contexto histórico, tradições do período, a fim de que no ato tradutório não se perca as bases inspiradoras da produção, conforme Lucindo (2006).

Quando se trabalha com a ideia de tradução e seu uso em sala de aula, devemos atentar para o fato da multiplicidade dos significados o que implica na relação língua materna/língua estrangeira. Na qual, quem traduz é um ser a parte de sua tarefa de transpor significados de um idioma para outro. Trabalhar a tradução no ensino, seria dar aos alunos a oportunidade de participar da construção do significado, o que configuraria como uma experiência motivadora frente às dificuldades de se aprender uma língua estrangeira, já que o ato de traduzir chega a ser mais importante que o resultado da tradução, para o processo de ensino - aprendizagem de uma língua estrangeira.

3. PROPOSTAS DE TRADUÇÃO PARA ENSINO DE E/LE NO CONTEXTO BRASILEIRO

Reconhece-se a tradução como atividade relevante para o desenvolvimento da consciência do aluno sobre as diferenças culturais que se observa entre falantes da língua estrangeira e o falante da língua materna. Traduzir, no processo de ensino e aprendizagem não deve ser encarado apenas como um processo espontâneo na aquisição dos estudantes deve antes ser pensado “como” e “quando” ser trabalhada e em conjunto com que outras atividades para que o processo interior seja produtivo.

A ideia que se defende, em geral, é que não se deve traduzir em sala no processo de internalização da língua, porque isso tornaria deficiente e pobre a capacidade do aluno de tentar desenvolver seu vocabulário na busca por tentar descrever aquilo que ele não reconhece na língua estrangeira, assim permitir que seja feita uma relação direta de correspondências entre língua materna e língua estrangeira não seria benéfico.

Santoro (2007) considera importante que o aluno, desde o início do processo de aquisição/aprendizagem da língua estrangeira, tenha consciência de que não há equivalências perfeitas entre duas línguas e de que é preciso compreender as possibilidades de cada uma delas para poder ser e fazer algo na língua alvo. Por isso, a prática da comparação entre língua materna e estrangeira, própria da tradução, ao invés de impedir a aprendizagem de outra língua, é justamente o que a facilita. A autora lembra, ainda, que a tradução nunca poderá ser ignorada, mesmo que se queira proibir seu uso, pois, no processo de aquisição e aprendizagem de uma língua estrangeira, a língua materna e a tradução sempre estão presentes como base de comparação e referência para a aquisição.

Almeida Filho (1995) defende que quando se ensinam línguas muito próximas, aqui tratamos da relação Português-Espanhol, o aluno vive certa ilusão de que aprender outra língua, tão próxima a sua será tarefa fácil, configurando assim o que reconhecemos como processo de transferência, ou seja, o aluno tende a substituir traços fonológicos, morfológicos e sintáticos da língua estrangeira pelos da língua materna. Em um primeiro momento pode ser que tal proximidade seja benéfica, já que o aluno não se sentirá inibido diante de algo que julga já conhecer, mas, quando surgirem os primeiros contrastes, essas comparações espontâneas se tornam fonte de dificuldade, na compreensão do aluno. Essas transferências tendem a consolidar-se quando se está aprendendo conceitos semelhantes aos já conhecidos. No entanto, essas dificuldades não devem ser consideradas barreiras invencíveis e que venham a derrubar o importante papel da tradução, no ensino de línguas próximas. O uso de atividades tradutórias bem orientadas e específicas é capaz de desenvolver a capacidade cognitiva do aluno, ao fazê-lo interagir na dinâmica língua

estrangeira-língua materna. Assim a atividade promoveria a aprendizagem e desenvolveria a interlíngua dos alunos. O termo interlíngua (IL), criado por Larry Selinker em 1972, refere-se a um estágio intermediário de um aluno que pretende adquirir uma segunda língua, isto é, não é mais língua materna e também não é ainda língua estrangeira, mas contém elementos próprios das duas linguagens.

Muitas são as atividades nas quais se pode trabalhar em sala de aula visando um maior rendimento do aluno; são muitos os teóricos que tratam sobre o assunto. A exemplo disto, Juliane House (1997) propõe atividades tradutórias comunicativas, ou seja, que envolvam tanto a tradução na oralidade quanto na escrita através de atividades como ouvir e analisar diálogos na língua materna e na língua estrangeira usando os mesmos procedimentos e as mesmas categorias de análises: perguntar sobre a estrutura, como se constrói, qual o público alvo, que tipo de texto e incentivar que se reproduza em outras temáticas.

Widdowson (1991) sugere exercícios com mudanças ilocucionárias a começar por atos isolados tanto na língua materna como na língua estrangeira, chamando a atenção do aluno para a maneira pela qual esses atos são diferentemente realizados nas duas línguas, ou seja, propõe-se ouvir textos referindo-se ao mesmo assunto, que poderia ser uma reportagem, em espanhol, sobre livros ou filmes históricos para em seguida alternar para a língua materna a fim de que o aluno atente para as construções, o vocabulário e a estrutura do texto. O que se busca lograr nessas propostas é que o aluno não internalize a tradução palavra por palavra, que não é benéfica e não contribui para o saber do estudante, o que se busca é a compreensão do bloco, ou seja, do enunciado a fim de alcançar o conteúdo do texto.

Penny Ur (1996) sugere ainda que os alunos ouçam textos na língua estrangeira para em seguida escrever com suas palavras, tanto na língua estrangeira, o que seria uma paráfrase, como na língua materna. O exercício trabalharia a organização lógica para as duas línguas além de exercitar o vocabulário e a memória. A análise de Souto (1996) recomenda que os alunos possam comparar duas traduções de um mesmo texto, sem acesso aos originais a fim de identificar qual está mais bem elaborado, mais explicativo, nem tão rebuscado, nem tão peneirado. A ideia é que, com base no conhecimento de estrutura frasal de sua língua materna, o aluno possa reconhecer na língua estrangeira um texto bem organizado, como se estrutura, se sua formação difere e como difere daquelas que já conhece.

Atkinson (1987) defende que o uso equilibrado da tradução em sala de aula depende de vários fatores que abordam desde a experiência prévia do aluno até seu nível de conhecimento na língua estrangeira. Atkinson sugere, também, que o bom uso da tradução pode ser trabalhado para esclarecer um assunto linguístico recém-abordado, verificar o domínio das formas e significados apresentados, desenvolver estratégias perifrásticas (quando o aluno não consegue, por exemplo, explicar sua dúvida em relação ao uso de um tempo verbal, em espanhol, ou uma perífrase, comentar que não entendeu bem o uso de um pronome...). Para o autor, a tradução permite ao aluno refletir sobre o significado das palavras em determinado contexto, ou seja, o aluno é estimulado a pensar comparativamente.

O mesmo Atkinson (1987) sugere ainda que se pode traduzir em quatro situações: a primeira seria a correção de traduções equivocadas. Na qual, o professor apresentando textos com palavras traduzidas incorretamente trabalharia com os alunos a análise e a correção dessas palavras para se possam compreender as estruturas e suas formas corretas de uso; uma segunda atividade seria levar textos em língua materna com o fim de traduzi-los a língua estrangeira.

Há outras formas didáticas de se trabalhar a tradução, como por exemplo, a tradução simultânea ou consecutiva em que se ouve e se traduz se elaboração prévia o que foi ouvido; estudo e tradução de falsos cognatos, estudo e tradução de verbos frasais; tradução de expressões proverbiais; tradução de expressões idiomáticas e convencionais entre outras.

Cook (1998) cita algumas vantagens em se aplicar a tradução no ensino-aprendizagem de língua estrangeira:

1. A tradução é conveniente. A tradução é o meio mais rápido e eficaz para se explicar uma palavra ou regra gramatical, desse modo, quando surgissem dúvidas por parte dos alunos em relação a palavras desconhecidas, falsos amigos (caso muito comum quando se trabalha com o espanhol, devido à semelhança tanto de escrita quanto de pronuncia) seria possível ganhar tempo ao passar a tradução da palavra ao invés de se desgastar com mímicas, desenhos e jogos de adivinhação;

2. A tradução é uma atividade de auxílio à aquisição, mas não deve ser empregada a todo o momento como regra. Pode ser utilizada como atividade complementar a qualquer outro método, sendo desenvolvida vez ou outra, de maneira organizada e planejada;

3. Os estudantes aprendem a lidar com dificuldades advindas do texto fonte a ser traduzido. Os exercícios de tradução limitam o aluno ao texto selecionado para a atividade tradutória o que faz com que os alunos aprendam a lidar com aquele texto e com a transferência entre as línguas trabalhadas. Pode-se levar um conto, uma crônica, ou mesmo um recorte de jornal, em língua espanhola, e explorar a capacidade de reconhecimento e tradução em blocos do aluno, buscando sempre fugir da tradução rígida palavra por palavra;

4. A tradução ajuda a chamar a atenção para diferenças sutis entre língua materna e língua estrangeira. As diferenças sutis existentes entre uma língua e outra podem ser evidenciadas por meio da tradução, uma vez que ao usar a língua materna em comparação com a estrangeira, é possível demonstrar que nem toda expressão tem um equivalente exato em outra língua, discutindo, junto com os alunos, qual seria a expressão mais próxima na L1. No caso Espanhol-Português, essas diferenças podem ser exploradas na comparação léxica, sintática e morfológica;

5. A tradução pode conscientizar quanto ao uso correto da forma. O exclusivo enfoque comunicativo pode gerar imprecisões na forma da língua estrangeira, uma vez que seu foco é o conteúdo e não a forma. Com isso, a prática da tradução pode focar a forma, e sua aplicação correta e, também, desenvolver a correção de usos imprecisos de estruturas da língua estrangeira. Quando se trabalha com línguas emparentadas, como português-espanhol, a tradução pode servir como suporte para que o aluno reconheça as semelhanças das duas línguas e saiba administrá-las.

Em geral, quando se trabalha com objetos de estudo muito semelhantes, é possível, que no início, seja uma tarefa extremamente difícil não associar duas coisas que não estão tão firmemente consolidadas ao ponto de o cérebro não reconhecer suas mais sutis diferenças para só compará-las com fins de esclarecer possíveis dúvidas de uso. Em se tratando do estudo do Espanhol como língua estrangeira, para brasileiros, essa aprendizagem é ainda mais difícil.

As semelhanças gráficas em palavras com significados diferentes, a pronúncia mais fechada das vogais, os casos de gêneros, aspectos verbais e concordância, chegam, em um primeiro momento, a tornar confusa essa aprendizagem. Para os alunos iniciantes, e mesmo os mais avançados, serem autorizados e orientados a traduzir de forma correta e na hora necessária é um grande facilitador nesse processo. O aluno não se inibiria a questionar, reflexionar nas duas línguas, agregaria vocabulário e lograria progressos mais perceptíveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste artigo, foi oferecida a definição de tradução citada para esta pesquisa, baseada em outros autores, que consideram a tradução como uma ferramenta intersemiótica, interlingual e intralingual para o auxílio no ensino-aprendizagem de uma língua estrangeira, utilizada com propósitos específicos e de maneira contextualizada, permitindo comparações entre a língua materna e a língua estrangeira para a consolidação da aprendizagem de aspectos específicos da língua estrangeira estudada. A partir da reflexão sobre o uso da tradução como recurso didático no ensino de línguas estrangeiras mostramos como a tradução é fundamental no ensino de línguas, e que seu desenvolvimento no processo de aprendizagem traria ao ensino um suporte estrutural semelhante ao da língua que se pretende ensinar e diminuiria o desconforto e a frustração de um aprender difícil quando o aluno não consegue expressar suas dúvidas.

O que defendemos não é a tradução como uma habilidade independente das demais a ser aprendida pelos alunos, mas a tradução como meio eficaz e, até certo ponto, inevitável para se aprender qualquer língua estrangeira, principalmente em línguas emparentadas como Português-Espanhol onde em determinados casos, as semelhanças mais confundem do que ajudam. Quando se ensina a traduzir, por que e pra que, estamos oferecendo ao estudante uma oportunidade de não estagnar nas barreiras da aprendizagem. Quando se sabe como e porque traduzir, não há por que ignorá-la, mas sim trabalhar o tema e desenvolver a aprendizagem da língua estrangeira com uso de todos os recursos didáticos, inclusive a tradução.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA FILHO, J.C.P. Uma metodologia específica para o ensino de línguas próximas? In: ALMEIDA FILHO, J.C. (org.). **Português para estrangeiros: interface com o espanhol**. Campinas, SP: Pontes, p. 09-21, 1995.
- BASSNETT, S.; TRIVEDI, H. (eds.) **Post-colonial Translation: theory and practice**. London: Routledge, 1999.
- BRASIL, Ministério da Educação. **Orientações Curriculares para o Ensino Médio: Linguagens, códigos e suas tecnologias**. Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 2005.
- BRASIL, Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares para o Ensino Médio: Linguagens, códigos e suas tecnologias**. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Média e Tecnológica-Língua Estrangeira, 1998.
- COOK, G. Use of Translation in Language Teaching. In: BAKER, M. (ed.), Routledge **Encyclopedia of Translation Studies**. Londres: Routledge, 1997. p. 117-120.
- COPESBRA. **Comissão Permanente de Acompanhamento da Implantação do Espanhol no Sistema Educativo Brasileiro**. Novembro 2009.
- COSTA, W. C. Tradução e Ensino de Línguas. In: BOHN, H.; VANDRESEN, P. (orgs.). **Tópicos de Linguística Aplicada: O Ensino de Línguas Estrangeiras**. Florianópolis, UFSC, p. 282-291, 1988.
- HOUSE, Juliane. **Translation Quality Assessment: A Model Revisited**. Tübingen: Narr, 1997.
- HURTADO ALBIR, A. La traducción en la enseñanza comunicativa. In: **Cable**, n.1. Madrid, 1988.

- HURTADO ALBIR, A. Un nuevo enfoque de la traducción en la didáctica de lenguas. In: **Traducción, Interpretación, Lenguaje**. Col. Expolingua. Cuadernos del tiempo libre. Madrid: Fundación Actilibre, 1994.
- JAKOBSON, R. Aspectos lingüísticos da tradução. In: **Lingüística e Comunicação**. São Paulo: Cultrix, 1971.
- LEWIS, M. **Implementing the lexical approach**: putting theory into practice. London: LTP, 1997.
- LUCINDO, E. S. Tradução e Ensino de Línguas Estrangeiras. In: Revista **Scientia Tracuctionis**. Florianópolis: UFSC, n. 03, 2006.
- MAYORAL, Roberto. **La traducción de la variación lingüística**. Tesis doctoral. Universidad de Granada, Granada, 1998.
- O'MALLEY, J. M. y A. U. CHAMOT. **Learning Strategies in Second Language Acquisition**. Cambridge: UP, 1990.
- ROMANELLI, Sérgio. Traduzir ou não traduzir em sala de aula? Eis a questão. In: Revista **Inventário**. n. 05, mar/2006.
- Disponível em:
<http://www.inventario.ufba.br/05/05sromanelli.html>
- SANTORO, E. **Da indissociabilidade entre o ensino de lingua e literatura: uma proposta para o ensino de italiano como lingua estrangeira em curso de letras**. 355f. 2007. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade de São Paulo, 2007.
- SOUTO, E. **Tradução e ensino lingüístico**. Santiago de Compostela: Edicións Laiovento, 1996.
- WIDDOWSON, H. G. **O ensino de linguas para a comunicação**. Tradução de J. Carlos P. Almeida. Campinas: Pontes, 1991.